

1
2
3
4
5
6

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Local: Campus Ipolon: Rua Alagoas, 2015 - Centro, sala 1008 - Londrina – PR.

Data: 24 de outubro de 2018

Horário: 13h45 (2ª convocação)

1Aos vinte e quatro do mês de outubro de dois mil e dezoito foi realizada reunião ordinária
2do Conselho Municipal de Assistência Social, no Campus Ipolon, Rua Alagoas, 2015, Sala
31008, Centro _ Londrina _ PR. Estiveram presentes o(a)s seguintes conselheiro(a)s:
4Marina Bertoni de Andrade, Tatiane Aparecida Fonte Pereira, Paulo Sérgio Aragão,
5Amanda Boza Gonçalves Carvalho, Josiani S.dos Santos Nogueira, Claudia Renata
6Favaro, Gisélia Duarte Dias Paulino, Neusa Harumi Tiba, Maria Angela Santini, Claudio
7Roberto Rufino, Jonas Munaretto do Vale, Simone Leal Peres, Claudio Marcio de Melo,
8Luana Garcia Campos, Angela Maria Zechim Luziano, Denise Fank, Liane Aparecida
9Lima, Aldeneide Fernandes da Silva, Zilma Angélica da Silva, Rosana de Almeida
10Souza, Priscila Aparecida da Silva, Leonardo Aparecido Gomes, Carmelita Alexandre da
11Conceição, Milton Santana Filho. Estiveram presentes também os seguintes participantes:
12Adriana Fabia Z. Paschoal- Associação Flavia Cristina, Jose Marcelo Albertassi- Lar Anália
13Franco, Marcio Antunes-SEDS, Aurélio Caetano da Silva-SMAS, Angelica Goulart de Lima-
14Meprovi Pequeninós. A presidente Neusa Tiba iniciou a reunião apresentou a seguinte
15pauta para conhecimento e deliberação em plenária: **1. 14h15: Aprovação da**
16**ata: 10/10/2018; 2. 14h20: Cadastro Único: inclusão, atualização, averiguação e**
17**mutirão; 3. 15h: Apresentação da proposta de alteração da Lei de Criação do**
18**Conselho Municipal de Assistência Social; 4. 15h40: Comissão de Fundo; 5. 16h00:**
19**Relato de Comissões; 6. 16h25: Informes. 1. Aprovação da ata: 10/10/2018:** Após
20aprovação da Pauta, foi aprovada a ata do dia 10/10/2018 **2. Cadastro Único: inclusão,**
21**atualização, averiguação e mutirão:** Neusa Tiba abriu a apresentação do assunto
22fazendo um breve resgate da Gestão Cadastro Único no município de Londrina. Segundo
23Neusa, são várias as questões em relação ao CADASTRO ÚNICO, que será necessário
24considerar, uma vez que há legislação e normas em vigência; entre elas, envolve o público
25beneficiário do Benefício de Prestação Continuada – BPC, mediante a obrigatoriedade de
26fazer o cadastro único para acesso ou a manutenção no BPC (Benefício de Prestação
27Continuada). Isso tem gerado uma demanda grande para fazer o cadastramento, pois o
28prazo final estabelecido pelo governo federal para o público do BPC, por enquanto é até o
29final do ano de 2018. Lembrou ainda que o primeiro prazo era até dezembro de 2017 e
30governo federal prorrogou para dezembro de 2018. Ponderou ainda que desde o início do
31ano passado, várias ações foram realizadas para que os beneficiários não fossem
32prejudicados, complementou ainda que esta demanda, tem impactado as atividades
33principais do CRAS, PAIF e não irá impedir que pessoas percam benefícios. Após a fala da
34Neusa, a gerente Claudia Renata da Gerência de Transferência de Renda apresentou a
35proposta de ação para os meses novembro e dezembro. Renata apresentou o cenário
36sobre o cadastro único e programa bolsa família no município. Neusa esclareceu sobre as
37diversas situações que podem gerar demandas para atualização do Cadastro Único, tais

8
9
10
11
12



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

13 Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
38 como alteração decorrentes de mudanças da composição familiar, mudança de endereço,
39 mudança de escola das crianças e adolescentes (devido a necessidade de acompanhar a
40 frequência na escola), alteração quanto ao trabalho e renda, etc. Além destas demandas,
41 podem surgir outras em decorrência da vinculação do cadastro a outros benefícios sociais.
42 Tudo isso irá trazer impactos para o município, pois são os municípios que têm efetuar os
43 procedimentos necessários nos cadastros. Posteriormente, Claudia Renata apresentou os
44 dados referente os mutirões realizados nos meses de setembro e outubro, e destacou a
45 necessidade de continuidade do mutirão para os meses de novembro e dezembro. Com
46 relação ao mês de setembro apresentou os seguintes dados: CRAS RURAL (Lerrovile), 77
47 cadastros preenchidos; CRAS OESTE B-80 cadastros preenchidos, CRAS LESTE-115
48 cadastros preenchidos, totalizando 272 cadastros preenchidos. Com relação ao mês de
49 outubro apresentou os seguintes dados: CRAS NORTE B-59 cadastros preenchidos, CRAS
50 RURAL-114 cadastros preenchidos, totalizando no referido mês 173 cadastros preenchidos.
51 Renata ressaltou a necessidade bem como a importância da realização do mutirão para
52 meses de novembro e dezembro, pautado nas demandas posta pela necessidade de
53 atualização cadastral, além das demandas que surgem em decorrência de uso de cadastro
54 vinculados a algum benefício e ao prazo estipulado pelo Ministério de Desenvolvimento
55 Social para inserção/atualização cadastral dos beneficiários do BPC. Dando sequência
56 Claudia Renata apresentou a solicitação de liberação de pagamento de Horas extras que
57 serão realizadas durante a semana no exercício de 2018, no montante de R\$36.000,00;
58 seguido do pedido de horas extras em pecúnia que serão realizadas aos sábados, nos dias
59 10, 17, 24 de novembro e 01 de dezembro no período das 8:30h as 17:00h, na Praça da
60 Prefeitura de Londrina, informou que para esta ação serão envolvidos aproximadamente 35
61 servidores e para referida ação a previsão de custo para pagamento com despesas com
62 horas extras para servidores no valor de R\$25.000,00. Neusa levou a proposta dos valores
63 das despesas com pagamento de horas extras para realização dos mutirões, sendo ambas
64 as propostas aprovadas. Claudia Renata informou que a sede da gerência se mudou para o
65 Cras Centro A, o número telefone é o mesmo. Denise Fank questionou se as horas extras
66 realizadas foram mais efetivas durante a semana ou nos finais de semana. Claudia Renata
67 respondeu que as duas ações são válidas tendo em vista a especificidade de cada
68 território. A conselheira Priscila perguntou se estagiário pode fazer cadastro único. Claudia
69 Renata informou que não pode ser nem estagiário, nem voluntário, ambos podem ser
70 suporte sob supervisão dos técnicos cadastradores. O conselheiro Paulo colocou que
71 apresentaram uma proposta de Projeto de Extensão para a UNOPAR, para estagiários
72 atuarem como suporte nos mutirões. A conselheira Luana pontuou que a questão do
73 cadastro único é complexo, uma demanda crescente e a Gestão precisa criar alternativas,
74 destacou a preocupação com beneficiários do BPC, a questão do prazo legal para finalizar
75 a atualização e inserção cadastral e os impactos para o beneficiário que não conseguir
76 agenda para o cadastro único, principalmente na renda da família. O conselheiro Paulo
77 ressaltou que se trata de uma situação muito preocupante, porém a Gestão está se
78 organizando para tentar amenizar os impactos que os beneficiários e o município podem
79 sofrer. O conselheiro Jonas informou que ficou como encaminhamento da comissão um

14

15



CONSELHO MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conselho Municipal de Assistência Social

16

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

17

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

18

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

19

20

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

80ofício para o Prefeito Municipal, porém aguardam o levantamento de dados pela Gestora
81do Programa de Transferência de Renda. A conselheira Denise relatou que é de
82fundamental importância o encaminhamento do ofício para o Prefeito Municipal, mas
83ressaltou que o conselho precisa se posicionar, pois o Cadastro único não é só da política
84de Assistência Social, pois atende as demais políticas e questionou qual seria o caminho
85indicado. A presidente Neusa lembrou que cadastro único, iniciou na Secretaria de
86Planejamento, posterior migrou para a Secretaria de Assistência Social, era
87operacionalizado por 60 estagiários e dois supervisores, destacou que atualmente o
88cadastro único é uma base de dados utilizada por todos os programas do governo federal,
89bem como demais políticas públicas. Neusa relatou que a gestão do cadastro único de
90acordo com legislação federal é da política de Assistência Social, porém o município não
91consegue transferir a gestão do cadastro único para outra política, enquanto não houver
92mudança na legislação federal. O conselheiro Jonas pontuou que mesmo que a gestão do
93cadastro único sendo da responsabilidade da política de assistência social, não isenta as
94demais políticas da responsabilidade, pois da mesma forma que utilizam a mesma base de
95dados como critério de seleção para acesso aos programas sociais, também devem
96compartilhar as responsabilidades para operacionalização e manutenção do cadastro
97único; considerou importante a realização do mutirão na praça da Prefeitura Municipal, pois
98dá visibilidade para a comunidade e sugeriu que o referido mutirão seja acionado o serviço
99da imprensa. A conselheira Liane, complementou a fala do conselheiro Jonas, pontuou a
100importância da imprensa dar cobertura para o mutirão, porém complementou que a ação
101vai além da visibilidade e o município tem que investir em soluções para o problema do
102cadastro único. O conselheiro **Cláudio Rufino** pontuou que não adianta levar só a
103demanda como protesto sem indicar soluções, sugeriu apresentar uma proposta, pautada
104nas necessidades para operacionalização do cadastro único, baseada no número de
105cadastradores necessários, o impacto financeiro, se há cargos vagos entre outros. Além
106disso, deixou claro que a revogação do IPTU reduzirá a receita corrente líquida do
107município, que inviabilizará qualquer solicitação de novas contratações em decorrência
108dos limites para a contratação de pessoal constante na Lei de Responsabilidade Fiscal –
109LRF. O conselheiro Jonas colocou que não se trata de protesto, mas necessidade de
110planejamento de operacionalização e funcionalidade do cadastro único, o que pode ser
111feito a curto, médio e longo prazo. **3. Apresentação da proposta de alteração da Lei de**
112**Criação do Conselho Municipal de Assistência Social:** Neusa colocou que na reunião
113anterior haviam surgido dúvidas e por isso foi tirado de pauta, trazendo novamente para
114aprovação. Neusa questionou se todos os conselheiros haviam realizado a leitura do
115material, e nem todos os conselheiros haviam conseguido proceder a leitura. Foi sugerido
116pela secretaria do conselho encaminhar novamente o material para que todos os
117conselheiros realizassem a leitura e os apontamentos encaminhados a secretaria do
118conselho e posteriormente encaminhados para comissão de legislação, e a referida
119comissão proceder a análise juntamente com representantes de cada segmento. A plenária
120concordou e retirou o projeto de lei da pauta. **4. Comissão de Fundo:** Josiani Nogueira,
121Diretora da Proteção Social Especial, resgatou a proposta apresentada na reunião anterior,

21

22



Conselho Municipal de Assistência Social

23

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

24

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

25

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

26

27

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

122referente a destinação do saldo orçamentário e financeiro da subvenção social no valor de
123R\$127.903,20 referente a entrega de 20 metas da Casa Lar-Casa de Maria, para o serviço
124de acolhimento institucional para criança e adolescente e apresentou planilha de despesas
125de custeio, sendo o valor de R\$63.951,60 para a entidade Lar Anália Franco e R\$63.951,60
126para a entidade NUSELON. O conselheiro Claudio Melo questionou para onde foram
127remanejado as crianças e adolescentes acolhidos na Casa de Maria. Josiani explicou que
128alguns retornaram para o convívio familiar, e os demais encaminhados para outros
129serviços; também questionou por que o referido recurso não foi destinado para os
130serviços que absorveram as crianças e adolescentes. Josiani esclareceu que os serviços
131de acolhimento continuado recebem por capacidade de atendimento e não por
132metas. Josiani apresentou a planilha com previsão de gasto de cada serviço. Houve
133questionamentos referente o custo apresentado para aquisição de tênis e mochilas. Josiani
134pontuou a necessidade de adquirirem produtos bons e de qualidade. Neusa colocou que a
135entidade deve condicionar a compra de tênis a uma justificativa coerente e apresentada
136ao conselho. Maria Ângela questionou se a entidade tem clareza e parâmetro nos preços
137orçados. Josiani esclareceu que sim, pois pensaram em valores que podem adquirir
138produtos de qualidade e considerando que o recurso deve ser aproveitado ou iriam perde-
139lo. Neusa colocou a proposta para votação. A proposta foi votada pela maioria. A
140conselheira Priscila, justificou o motivo pela qual não aprovou a proposta, pois considerou
141os valores apresentados acima do valor de mercado, considera que o valor foi orçado de
142forma incorreta, pois acredita que consegue adquirir um tênis de qualidade com um valor
143inferior. A conselheira Luana relatou que conhece a realidade dos acolhimentos e considera
144um avanço o serviço poder comprar um tênis de qualidade. Josiani colocou que prefere
145gastar o referido recurso com aquisição de materiais de melhor qualidade para as crianças
146do que devolver o recurso para os cofres da prefeitura, por que não sabe onde o prefeito
147irá gastá-lo. A conselheira Priscila pontuou que se o recurso for devolvido para os cofres
148da Prefeitura, o mesmo pode ser destinado e utilizado para outro fim mais úteis do que a
149compra de um tênis. O conselheiro Claudio Rufino também justificou o motivo pelo qual
150não aprovou a proposta apresentada pelas entidades, pois no seu entendimento a planilha
151apresentada não está de acordo com os princípios da administração pública (pautada pela
152legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e economicidade) e da licitação (a
153utilização de marcas fere o principio da competitividade e isonomia), além disso, se o
154aditivo está de acordo com os planos de política de assistência social em vigor. Marina
155pontuou que o recurso apresentado, não faz parte do gasto mensal de ambas as
156entidades, considera que comprar um tênis de alto custo para um adolescente e no mês
157seguinte voltam a comprar um tênis básico, pode ocasionar conflitos entre os adolescentes,
158e ressaltou a importância da cautela na utilização de recurso público. Priscila pediu
159desculpas pela sua colocação, esclareceu que não teve intenção de polemizar nem
160prejudicar as entidades. Neusa pontuou que não teria motivo para Priscila se justificar, pois
161tem todo direito de questionar e que ficou feliz por ter um usuário fazendo essas reflexões
162quando muitos se calam. **Informes.** O conselheiro Miltom, usuário do Centro POP
163questionou Josiani sobre condições de atendimento do Centro POP, pois segundo ele já

28

29



Conselho Municipal de Assistência Social

30

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga

31

CEP: 86.010-020 – Londrina – PR

32

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

33

34

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

164 havia posto as situações na reunião anterior e Josiani havia ficado de trazer um
165 posicionamento na presente reunião. Josiani se desculpou por não ter pautado, mas
166 colocou que no mesmo dia haviam tido uma reunião com a Secretaria de Assistência Social
167 e a questão da falta de copos foi decorrente de um fornecedor que não cumpriu o
168 contrato. Milton colocou que não seria só a falta de copos, mas também de alimentos,
169 estrutura banho, demora nos atendimentos, servidores no celular, entre outros. Josiani
170 pontuou que irá verificar a referida situação. A reunião foi encerrada às 17:00, sendo o que
171 havia a ser relatado, eu, Marina Bertoni de Andrade, segunda Secretária deste
172 Conselho, redijo a presente ata desta reunião ordinária que será encaminhada para
173 apreciação e aprovação.